

A AUTONOMIA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: ENTRE SILÊNCIOS E DESLOCAMENTOS

José Carlos dos Santos Debus

Resumo

As primeiras reflexões sobre autonomia, na antiguidade, não incluíam os seres humanos e sim os seus territórios. Mais tarde o homem adulto passa a ser o centro dessas reflexões e, bem mais tarde, o homem criança. E foi no campo da educação que o conceito de autonomia se desenvolveu no sentido de compreender o princípio da prática pedagógica exercida a partir da liberdade e da ação. Este texto analisa a pertinência e/ou a atualidade do conceito de autonomia para as configurações contemporâneas do espaço ensino-aprendizagem e apresenta resultados parciais de uma pesquisa sobre o conceito de autonomia a partir de um estudo de recepção de televisão entre crianças. Destacamos alguns aspectos da primeira parte da pesquisa, que analisa a produção acadêmica brasileira e levanta a hipótese de um possível esvaziamento e/ou deslocamento do conceito de autonomia no ambiente escolar e na pesquisa educacional nas últimas décadas. O resultado apresentado aponta para a escola e a sociedade como apropriadoras de um sentido de autonomia que, muitas vezes, o reduz a significações menores e insuficientes.

Palavras chave: autonomia, educação, comunicação.

Agência financiadora: CAPES

Introdução

Os estudos sobre a autonomia do ser humano vêm desde o mundo antigo e sempre despertaram o interesse dos filósofos e, mais tarde, dos pesquisadores das ciências humanas. Para entendê-los em sua plenitude e profundidade necessitaríamos compreender todas as suas especificidades no contexto de cada teoria social, filosófica, psicológica, pedagógica, jurídica, econômica... Pois, trata-se de um conceito que se compõe de significados comuns a todas essas teorias, como autodeterminação, direito de liberdade, privacidade, livre vontade, etc. E, esses significados acabam adquirindo as especificidades de cada teoria. No entanto, na base, “todas as teorias concordam que duas condições são essenciais à autonomia: liberdade e ação” (GOLDIM, 2015 p. 2).

Foi no campo da educação, como veremos adiante, que o conceito de autonomia se desenvolveu no sentido de compreender o princípio da prática exercida a partir da liberdade e da ação. Este texto se construiu com base nos resultados parciais de uma pesquisa sobre o conceito de autonomia a partir de um estudo de recepção de televisão entre crianças. Trata-se de uma pesquisa que investiga o movimento desse conceito nas últimas décadas a partir da produção acadêmica apresentada nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped, das publicações no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no banco de dados do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e nos periódicos Revista Brasileira de Educação e Revista Perspectiva (UFSC); e também a partir de entrevistas com alunos do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis. Na produção acadêmica procuramos por aqueles trabalhos que apresentassem o conceito de autonomia envolvido nas relações ensino/aprendizagem, e nas entrevistas com os alunos procuramos por *suas* experiências com autonomia no contexto da família e da escola. No campo empírico, trabalharemos com a recepção de algumas séries de televisão como deflagradoras da compreensão do conceito de autonomia pelos alunos.

A ideia inicial da pesquisa era acompanhar o movimento que o conceito de autonomia faz na contemporaneidade a partir dos espaços da educação escolar e familiar e na pesquisa em educação. Procuramos entender esses espaços com a perspectiva das novas configurações geradas pelas transformações nas comunicações, que possibilitam outros movimentos na educação e nos processos de construção do saber. Leva-se em consideração que “as novas mídias são vistas como mais democráticas que autoritárias, mais diversificadas do que homogêneas, mais participativas do que passivas. Avalia-se que elas engendram novas formas de consciência entre os jovens, que os levam além da limitada imaginação de seus pais e professores” (BUCKINGHAM, 2007 p. 67). Neste contexto nos pareceu instigante investigar a experiência da criança com o conceito de autonomia nos ambientes da escola e da família. Buscar “o ponto de vista das crianças sobre sua educação” (MONTANDON/LONGCHAMP, 2005, p. 63), para saber o que elas compreendem sobre autonomia e o que elas veem como prática pedagógica autônoma no contexto da escola e da família. Para mediar esta problemática traremos a televisão, especificamente algumas séries produzidas para o público infanto-juvenil que podem se colocar como deflagradoras de debates e conversas entre as crianças e como geradoras de discussões e reflexões sobre autonomia na escola e na família. Trata-se de séries feitas pela televisão dos Estados Unidos, ambientadas no universo escolar e

não escolar que trazem um perfil de aluno que consideramos autônomo na condução de seus estudos e relacionamentos e que são massificadas na programação da TV brasileira, tanto no sinal aberto quanto no sinal fechado. Estas séries estarão articulando a criação de um campo de pesquisa empírica e ajudando a pensar o espaço ensino/aprendizagem.

Neste texto abordaremos alguns aspectos da primeira parte da pesquisa, que analisa a produção acadêmica brasileira e levanta a hipótese de um possível esvaziamento e/ou deslocamento do conceito de autonomia no ambiente escolar e na pesquisa educacional nas últimas décadas em relação ao potencial que ele tinha no final do período da ditadura militar.

Autonomia e educação

Martín-Barbero (2014) chama atenção para o fato de que a escola pública na América Latina ainda é o “espaço de encontro das trajetórias socioculturais das maiorias e, portanto, é nela que se produz a mais ampla e permanente transformação da cotidianidade social e cultural, cujos protagonistas são os excluídos” (p. 11). Neste sentido, procuramos entender os espaços ensino/aprendizagem, na escola e na família, e suas implicações no processo de formação dos jovens a partir de métodos de ciências afins, como sociologia, psicologia, pedagogia, filosofia. Nosso desafio é buscar diferentes inspirações e aproximações para entender e modificar o “dito e o feito” sobre educação nos espaços de socialização constituídos tradicionalmente, como a família e a escola. Temos a clareza de que vivemos um tempo de mudanças significativas na educação em função das mudanças nas condições sociais e nas relações culturais.

Entendemos a educação como o instrumento gerador de práticas autônomas dentro do processo ensino/aprendizagem e colocamos juntas temáticas que a princípio podem parecer muito diversas. Mas, quando se relacionam, percebe-se que há entre elas um vínculo profundo. Autonomia, televisão, escola, família movimentam-se dentro de uma sociedade educativa, cuja rede “atravessa tudo: o trabalho e o ócio, o escritório e o lar, a saúde e a velhice” (Martín-Barbero, 2014, p. 10). Para Paulo Freire, a comunicação é um “encontro entre homens, mediados pela palavra, a fim de dar nome ao mundo” (2005, p. 93). E é na busca dos elementos constitutivos da palavra que Freire propõe dois movimentos: a reflexão e a ação. “Numa interação tão profunda que se uma é sacrificada, ainda que em parte, a outra sofre imediatamente” (FREIRE, 2006, p.104). Conforme Martín-Barbero (2014), a linguagem é lugar do cruzamento da ação e da reflexão, “e é nesse tecido que a comunicação revela sua espessura: (...) toda comunicação exige elementarmente desprender-se das coisas, toda

comunicação exige alteridade e impõe uma distância. A comunicação é ruptura e ponte: mediação” (p.30).

Seguindo estes caminhos da pesquisa em educação e percebendo a comunicação como algo essencial para a vida humana, tentamos analisar a educação em sua relação com o conceito de autonomia. Ou seja, a liberdade como princípio da autonomia e a problematização como princípio da educação. Deste modo, a educação que se compromete com a liberdade

não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2005, p. 77)

Quando pensamos em autonomia devemos também entender que não se trata de liberdade plena. Ela depende dos outros, depende do grau de ligação que o sujeito estabelece com os outros. Para Dubet (2014), o princípio da autonomia está no sentimento e na convicção de se ter um valor próprio ameaçado pela falta dela nas relações do dia-a-dia. E para melhor compreender este princípio é preciso estar atento às pequenas coisas. Principalmente aquelas que estão à margem e permitem aos estudantes construir perspectivas de independência. Tim O’Sullivan (2001) diz que os graus de autonomia de um indivíduo e uma instituição “acabam autocontrolados, autodeterminados e capazes de agir independentemente dessas forças externas” (p.32) Para este autor o conceito de autonomia serve para projetar os estudos da cultura, da sociedade e da comunicação em três momentos bem diferentes: “O estrutural, o institucional e o interativo” (O’SULLIVAN, 2001, p. 32). Em todos esses momentos e em todas as questões por eles levantadas, a questão principal é “o grau de autonomia relativa com relação aos fenômenos particulares, por meio dos quais essa autonomia redefine-se dentro de certos limites ou estruturas” (O’SULLIVAN, 2001, p. 32). Neste mesmo sentido, chamamos a atenção para o fato de que sem essa reflexão mais atenta a outros significados de autonomia na educação e seus movimentos no contexto atual, que vai além do lugar comum de que o sujeito é autônomo, não é possível verificar plenamente o sentimento de independência do sujeito aluno, foco de nossa pesquisa.

Embora uma concepção de autonomia exista desde a antiguidade, foi somente na era pós-medieval que o termo autonomia incorporou-se a um conceito mais amplo e também mais profundo, numa perspectiva do indivíduo. Os fundamentos da dignidade humana e do respeito começaram a fazer parte da vida das pessoas e dos sistemas de educação, e o conceito de

autonomia atingiu uma esfera particular com uma perspectiva de liberdade que em muito influenciou a educação e os modelos de escola criados a partir do Renascimento. A autonomia passou a ser cada vez mais reivindicada em nome da razão científica e também na relação do homem com Deus. “Era uma razão que acreditava que a autonomia do homem estava ameaçada pela lei de Deus e que por isso ela deveria se emancipar disso” (VALADIER, 2013, p. 20).

Na modernidade, quem mais dedicou tempo e esforço a ampliar e aprofundar o conceito de autonomia, aplicando-o como central em quase toda sua obra foi Immanuel Kant (1999 e 2001). Como seria possível pensar em autonomia num mundo ainda dominado por princípios religiosos que enquadravam a lógica racional como elemento de subversão da ordem? Como coordenar a razão com a crença religiosa? Kant fez isso tentando coordenar os seus sentimentos de fé com sua lógica racional a partir de “uma teoria globalizante do sentimento moral que intervém em toda relação social” (ITURRA, 2012, p. 32). Assim, a salvação aconteceria pela liberdade de fazer o uso público da razão como caminho para a autonomia de pensamento, autonomia da ação e autonomia da palavra. Para Kant (2001), a vontade dos seres racionais é capaz de promulgar a legislação universal a que se submetem, formando-se assim o princípio da autonomia.

Dentro do pensamento iluminista a razão não depende das verdades religiosas, e isso poderia levar ao avanço da racionalidade científica que possibilitaria um movimento autônomo dentro dos sistemas. No entanto, não foi isto que aconteceu. Os sistemas políticos, econômicos e sociais produziram novas formas de heteronomia, em nome, também, da razão. A ideia de progresso classificou a autonomia como algo a ser desejado, conquistado. O “esclarecimento” se fazia necessário, e a educação seria o lugar para tornar o homem um ser esclarecido (ZATTI, 2007, p. 34).

Até então, a autonomia se referia somente à razão científica e à satisfação da felicidade. No entanto, durante o século XVIII, Jean Jacques Rousseau (1992) formulou um conceito de autonomia que mostrava o homem a partir do corpo racional e também do espírito. Assim ele estruturou seu pensamento e se distanciou da base do pensamento iluminista e construiu outro caminho que também influenciou a pedagogia moderna (ZATTI, 2007 p.23). Rousseau não aceitou a perspectiva naturalista da razão como o único caminho do bem. Segundo ele, o progresso não nos torna melhores nem autônomos. Ao contrário, muitas vezes o que o acompanha é decadência moral. “Os preconceitos, a autoridade, a necessidade,

o exemplo, todas as instituições sociais em que nos achamos submetidos abafariam nele a natureza e nada poriam no lugar dela” (ROUSSEAU, 1992 p. 9). Toda a sabedoria se envolve em preconceitos, sujeições, embaraços e constrangimentos. Rousseau cita como exemplo o hábito de ao nascer as crianças serem enroladas em faixas em nome de uma modelação do corpo, como se ele viesse com algum defeito e necessitasse de um reparo. Uma prática que estabelecia um processo de atrofiamento do corpo e do espírito:

mal a criança sai do seio da mãe, mal goza da liberdade de se mexerem e distender seus membros, já lhe dão novas cadeias. Enrolam-na em faixas, deitam-na com a cabeça imóvel e as pernas alongadas, os braços pendentes ao lado do corpo; envolvem-na em toda a espécie de pano e tiras que não lhe permitem mudar de posição. (ROUSSEAU, 1992 p. 17)

Para Rousseau o constrangimento é muito cruel e constante, e o obstáculo a todos os movimentos acompanha as crianças desde o início da vida. “Supõe-se que as crianças em liberdade podem colocar-se em más posições e efetuar movimentos suscetíveis de prejudicar a boa conformação de seus membros” (1992, p. 19). Isto, para Rousseau, é um raciocínio gratuito de falsa sabedoria que vai contra a natureza. Por que contrariar as regras da natureza? “Observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica. Ela exercita continuamente a criança, ela enrijece seu temperamento mediante experiências de toda a espécie; ela ensina-lhes desde cedo o que é pena e dor” (1992, p.22).

O tema da autonomia, que ocupou o centro do pensamento de Kant e Rousseau para a educação, adquire com Paulo Freire (2006) um sentido que vai além do pedagógico e se coloca nas relações sociopolíticas. Freire, inicialmente, pensa a autonomia a partir do que não é autonomia: a opressão social, econômica e política. E assim, expõe as realidades que fundamentam a heteronomia, o pensamento da autoridade, e traça o caminho que a educação tem de percorrer em busca da autonomia. Ao contrário de Rousseau, Freire criou uma pedagogia para os pobres e oprimidos a partir de um mundo que necessita ser construído e depende do homem. O papel da educação e das relações pedagógicas é o de estarem em total sintonia com a realidade para tentar transformá-la. Aqui nós temos uma aproximação entre o pensamento kantiano e as ideias de Paulo Freire. Para o qual, a educação, para realizar-se em toda a sua plenitude, necessita de uma relação dialética e do princípio da autonomia como caminho pedagógico. A autonomia, a dignidade e a identidade do educando devem ser respeitados, caso contrário, este ensino poderá ser “inautêntico, palavreado vazio e inoperante”. (FREIRE, 2006 p.62) Freire ressalta que as experiências e práticas autônomas não devem restringir-se ao espaço da escola, mas ocupar todo o espaço vital para o sujeito.

Porém, “o ambiente da escola pode-se constituir num dos espaços fundamentais aos seres humanos exercitarem as práticas de emancipação individual e coletiva” (2006, p. 98).

O conceito de autonomia na pesquisa em educação

Seguindo esta perspectiva contemporânea da autonomia, apresentamos a seguir uma síntese do material coletado sobre o conceito de autonomia na educação nos bancos de teses e dissertações da CAPES e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, no arquivo de trabalhos apresentados nas reuniões ANPEd e nos artigos sobre as pesquisas nos periódicos Revista Brasileira de Educação publicado pela ANPEd e pela Revista Perspectiva do Centro de Ciências da Educação da UFSC. Com o objetivo de encontrar uma primeira amostra do uso do conceito de autonomia na produção acadêmica que envolve a área da educação, realizamos uma busca neste contexto por trabalhos onde aparece a palavra chave autonomia no período de 1984 a 2014.

No banco de teses da CAPES encontramos, em 19 de fevereiro de 2016, 786 registros envolvendo os vocábulos autonomia e educação, juntos e separados. Como nossa intenção é verificar o movimento do conceito de autonomia nas relações de ensino/aprendizagem no ambiente escolar e na família, separamos somente as produções relacionadas a esse contexto. Deixamos fora de nossa observação, por exemplo, as produções que envolvem as questões de autonomia institucional, muito representativa nas décadas de 1980 e 1990, com os movimentos de democratização das escolas e universidades. Separamos para análise aqueles que tratam especificamente do conceito de autonomia nas práticas educativas que envolvem o aluno e/ou o aluno e o professor. Assim, chegamos a 22 dissertações, algumas das quais destacamos abaixo.

O primeiro destaque é a dissertação *Construção da Autonomia no Contexto Pedagógico do Estudante e o Ensino de Ciências da Saúde: pelas veredas da educação médica* (SMOLKA, 2011) que traz uma perspectiva de autonomia nas relações professor/estudante. Embora o título indique o aluno como protagonista, o enfoque é o professor em seu espaço de atuação. A pesquisa traz uma crítica aos métodos tradicionais de ensino e discute o perfil do professor e do aluno da área da saúde, dentro de uma abordagem que verifica a possibilidade do desenvolvimento de uma postura autônoma dentro do processo ensino/aprendizagem (SMOLKA, 2011). Ainda que o foco seja o professor, o trabalho apresenta resultados que sinalizam para a construção de uma autonomia pedagógica a partir do estudante, que assume uma postura de protagonista do processo.

Seguimos com a dissertação *Noções de Autonomia em Educação Escolar: Discurso Acadêmico no Brasil (1978-2002)* (ORESTES, 2011), onde a autora faz uma busca em todos os periódicos da educação postados na base de dados virtual Scielo utilizando as palavras-chaves autonomia escolar, autonomia pedagógica e autonomia docente. O resultado é a análise de 33 artigos publicados em revistas de educação no período. A pesquisa trabalhou com a hipótese de os artigos não abordarem o conceito de autonomia a partir das práticas de ensino. “Num universo imenso não existem reflexões sobre as práticas escolares” (ORESTES, 2011, p. 112). Trata-se de uma quase denúncia, e os dados fornecidos pela pesquisadora podem nos possibilitar a compreensão da hipótese do esvaziamento e/ou deslocamento do conceito de autonomia que propomos em nossa pesquisa.

Dentro de uma análise que parte da relação pedagógica entre professor e aluno, destacamos a dissertação *Práticas pedagógicas e autonomia no ensino fundamental* (SILVA, 2012) que, a partir de concepções de educação ambiental e meio ambiente, procura detectar as práticas mais comuns e que tipo de linguagem, dialógico cooperativo ou anti-dialógico não cooperativo, se expressam no agir autônomo. A pesquisa destaca a importância do ensino ambiental numa abordagem interdisciplinar, autônoma e em harmonia com a natureza. Além da pesquisa bibliográfica, o trabalho realizou uma pesquisa com alunos e professores do ensino fundamental, procurando identificar o agir autônomo. Nesse viés também está a dissertação *Autonomia e criatividade em escolas democráticas* (OLIVEIRA, 2012) busca os espaços favoráveis à autonomia e mede suas consequências no cotidiano escolar. Trata-se de um estudo em duas escolas cujos projetos pedagógicos apostam na possibilidade de o aluno gerir seu processo de aprendizagem. A pesquisa procura identificar como um maior grau de autonomia articula-se com a construção de um ambiente criativo no contexto escolar.

Outro destaque no banco de teses da CAPES são dissertações que trazem a autonomia na perspectiva freireana. Em *Autonomia como pressuposto ético para a educação: uma leitura de Paulo Freire* (NUNES, 2011), o autor faz uma análise conceitual do conjunto do pensamento sobre a autonomia em Kant e Freire e busca uma compreensão de autonomia a partir de pressupostos ético-educacionais, tendo como carro-chefe o humanismo dialógico de Freire. Esta perspectiva também é um movimento de nossa pesquisa e nos permite verificar se as práticas educativas da educação do século XXI foram afetadas pelo princípio da autonomia. A dissertação *Por uma Pedagogia da autonomia: Bakhtin, Paulo Freire e a formação de leitores autorais* (GARCIA, 2011) também segue esse viés. Porém, teve também uma pesquisa de campo que investigou a prática pedagógica a partir de uma sequência

didática montada pelo pesquisador para a leitura e a escrita com alunos do sétimo ano. Os resultados, segundo o autor, provocaram a compreensão de outros universos culturais no sujeito-aluno. A dissertação *Educação e Emancipação: uma crítica aos fins e ao sentido da educação atual na perspectiva das contribuições freireanas* (COVER, 2011) faz uma análise e reforça a ideia de que a educação deve ter como principal finalidade a emancipação do indivíduo e, para isso, se faz necessária uma prática pedagógica que considere o aluno um sujeito capaz. Também encontramos o conceito de autonomia na educação a partir do pensamento de Kant. É o caso da dissertação *Immanuel Kant: autonomia e pedagogia* (VAZ, 2011), que analisa as relações entre autonomia e os processos de ensino aprendizagem a partir das ideias de Kant e suas implicações na atualidade e investiga a importância da educação no processo de conquista da autonomia durante o processo formativo.

Outra importante fonte de pesquisa para os nossos propósitos e estudos são os trabalhos apresentados nas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. Levantamos os trabalhos apresentados desde o ano 2000 que tiveram o conceito de autonomia como temática central ou mesmo periférica, nos 23 grupos de trabalhos (GT). Nossa intenção foi verificar a presença e a intensidade do conceito de autonomia nas produções de pesquisa sobre educação no Brasil do século XXI. Pesquisamos os trabalhos apresentados nos encontros nacionais pelos 23 grupos, que representam milhares de produções científicas no campo da educação. Procuramos a palavra autonomia em qualquer contexto e encontramos oito pesquisas envolvendo o conceito de autonomia. Quatro delas sobre a autonomia institucional de universidades, escolas e prefeituras (tema que não faz parte do nosso foco de pesquisa), duas sobre internet, autonomia e EAD, uma sobre disciplina e autonomia na educação infantil e outra sobre a autonomia do professor.

Destacamos aqui duas pesquisas, apresentadas no GT educação e comunicação, sobre internet, autonomia e EAD que colocam uma possibilidade de as mídias estarem criando sujeitos autônomos. Como é o caso das pesquisas *Internet e Autonomia: um estudo exploratório* (RUÍZ, 2004) e *A Construção da Autonomia Intelectual de Alunos de Curso Normal Superior na Forma de EAD: Um Enfoque Piagetiano* (BRUM E MENDES, 2005). Em *Internet e Autonomia: um estudo exploratório*, Ruiz aponta que o computador revolucionou o mundo da informação e abriu novos canais para a comunicação entre as pessoas e, também, abriu o caminho para novas experiências de aprendizagem (2004, p. 12). Nesse contexto, o autor coloca como questionamento a possibilidade dos espaços de ensino

que dispõem de recursos computacionais estarem promovendo a autonomia e, por isso, levanta a hipótese do convívio de uma cultura bem estabelecida, a escolar, com as novas formas da internet. (RUIZ, 2004 p. 4) Por outro lado, a pesquisa também mostra que há uma série de argumentos a favor da imposição de limites para o uso das novas mídias no espaço escolar. Os argumentos sustentam o controle como forma de garantir “mais tempo às tarefas dadas pelos professores.” (RUIZ, 2004, p. 2) Aqui também é possível observar o debate/embate entre as novas tecnologias de comunicação e as práticas de ensino/aprendizagem que defendiam os modelos tradicionais de transmissão do conhecimento no início do século, 2003/2004.

Também identificamos a produção acadêmica envolvendo o conceito de autonomia construída no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Consultamos o banco de teses e dissertações disponível no site do programa. O arquivo contém 666 dissertações e 150 teses produzidas desde 1984 até 2014. Procuramos os trabalhos que tivessem o conceito de autonomia na educação, direta ou indiretamente envolvido com a questão da pesquisa. O resultado apresentado foi de apenas cinco trabalhos. Uma tese e quatro dissertações. Trazemos como destaque a dissertação *Os Caminhos das Rupturas do Autoritarismo Pedagógico: a ruptura das relações autoritárias para a construção coletiva do conhecimento* (KASSIC,1993), que faz uma análise do referencial libertário na educação em vários países e confronta estas análises com as práticas pedagógicas da então chamada escola alternativa, tentando verificar se estas se aproximam ou se distanciam das concepções de autonomia, independência e solidariedade. E, também, a dissertação *Educação e Autonomia: do discurso à prática. Um estudo do curso de Pedagogia do CES/FUNDESTE* (FRAZZON, 1990). O trabalho traz os resultados da pesquisa sobre autonomia com os alunos e os professores de um curso de Pedagogia e articula uma análise sobre as perspectivas teóricas e práticas do curso.

Outra fonte que buscamos para acompanhar o conceito de autonomia na educação é a Revista Brasileira de Educação, editada pela ANPEd desde 1996. Esta revista traz estudos importantes que expressam os movimentos no pensamento brasileiro sobre a educação. Fizemos uma busca pelos trabalhos que trouxessem uma reflexão sobre o conceito de autonomia nas 62 edições da revista e encontramos apenas dois artigos refletindo o conceito: *Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: relações de autonomia, escola e construção de cidadanias* (SILVA, 1999) sobre relações de autonomia, escola e construção da cidadania no contexto da educação indígena; e *Gestão e autonomia escolar: um estudo*

comparado Brasil/Portugal (MARTINS, 2011) Esses artigos não tratam da questão da autonomia no campo das práticas de ensino/aprendizagem, mas trazem a preocupação com a escola nas concepções democráticas das décadas de 1990 e 2011. Aqui há uma preocupação com a autonomia da escola dentro das novas configurações políticas resultantes da Constituição de 1988, onde se fazia necessário construir os espaços democráticos e o conceito de autonomia permeava os textos como um direito natural na formação dos alunos. E, também, traz uma perspectiva do conceito dentro do espaço escolar no século XXI em um estudo comparado América do Sul/Europa. Podemos observar nas publicações da Revista Brasileira de Educação um grande vazio nas reflexões sobre educação com o conceito de autonomia. Em 62 edições apenas dois artigos envolvendo o conceito foram publicados.

Outro periódico importante para a divulgação da pesquisa em educação, especialmente na região sul, é a revista *Perspectiva*, uma publicação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina que é editada desde 1983. Investigamos todas as edições desde aquela data até 2015, em busca do conceito de autonomia no contexto dos artigos. Encontramos, em todo este universo, quatro artigos envolvendo diretamente o conceito na educação. Dois deles sobre a autonomia institucional: *Autonomia e poder na universidade: impasse e desafios* (FÁVERO, 2004), artigo que discute a concepção e o significado do princípio da autonomia universitária; e *Projeto político-pedagógico como instrumento de autonomia nas redes municipais de ensino público* (CASTRO/WERLE, 2005), artigo que faz uma análise do princípio da autonomia nos textos dos Projetos Políticos Pedagógicos de 22 escolas do Rio Grande do Sul. Os outros dois trazem a perspectiva do professor, como o artigo *Autoria, autonomia e ética na educação a distância* (PINTO/FILHO, 2012), que trata da autoria como consequência de uma postura autônoma de seus atores. Neste caso os professores. Destacamos aqui o artigo que, de forma inédita para uma publicação brasileira, traz a perspectiva do aluno para o conceito de autonomia; *Você disse autonomia? Uma breve percepção da experiência das crianças* (MONTANDON/LONGCHAMP, 2005). O texto expõe os resultados de uma pesquisa realizada em Genebra com centenas de crianças entre onze e doze anos de várias camadas sociais sobre o que é autonomia. O objetivo foi examinar a experiência de autonomia da criança. A pesquisa analisa “mais de perto a experiência diferencial que as crianças têm de autonomia, assim como as condições sociais que a sustentam, principalmente seu ambiente familiar, escolar e social » (MONTANDON/LONGCHAMP, 2007, p. 106). É um estudo que

se apoia na sociologia da infância e possui uma abordagem do ponto de vista das crianças sobre sua educação.

Além de analisar o movimento do conceito de autonomia em nosso tempo na pesquisa em educação, também pudemos, preliminarmente, observar que os conceitos de liberdade e autonomia ainda são princípios estruturantes da base do pensamento da educação contemporânea. Percebe-se que há uma tendência de relacionar esses conceitos com o uso das tecnologias da informação e a qualidade de ensino. O princípio da autonomia também aparece significativamente no processo de ensino e aprendizagem de línguas em ambientes virtuais e na educação a distância. De modo geral, os trabalhos sugerem que quanto mais autonomia nos estudos houver, mais qualidade nos resultados. Nossa intenção não é por em dúvida estas interpretações, mas analisá-las a partir de uma preocupação com que o princípio da liberdade e da autonomia não seja sufocado pelos critérios quantitativos e qualitativos que norteiam a formação. Essa preocupação se baseia na crítica nietzscheana a uma formação utilitarista voltada à “tarefa de capacitar, preparar, formar, adestrar trabalhadores para o mercado, funcionários para o Estado e eruditos, especialistas para as universidades” (NIETZSCHE, 2003 p. 64). Embora Nietzsche estivesse falando de seu tempo, o século XIX, entendemos que há uma possibilidade de trazer a mesma reflexão para o nosso tempo. Será que a crítica realizada por este pensador a um mascaramento, ou esvaziamento, dos conceitos de liberdade e autonomia poderia ser estendida à compreensão destes conceitos nos sistemas educacionais contemporâneos?

A resposta a este questionamento virá no aprofundamento das análises do material coletado, e também da pesquisa a ser feita junto às crianças. Inicialmente, seguiremos a perspectiva metodológica de Montandon e Longchamp (2007), dividindo a discussão sobre autonomia em dois contextos: o contexto reflexivo, “que abrange o que se especula principalmente no plano intelectual, cognitivo, que resulta de certa independência de julgamento e opinião;” (p.108) e o contexto da ação, “do sentido prático (...) de se situar na cidade, preparar coisas para comer (...) o da tomada de decisões: decidir, agir, fazer coisas, afirmar sua vontade” (p.108). Desta forma, uma parte das questões propostas às crianças envolverão o contexto reflexivo, e outra parte o contexto da ação. Montandon e Longchamp chamam a atenção para o fato de se tratar de um termo abstrato, a autonomia, e por isso poder causar um certo estranhamento durante a aplicação de um questionário (2007, p. 210). Neste sentido, e antes que se coloquem as perguntas, trabalharemos com cenas dos programas de televisão como instrumento mobilizador e mediador da compreensão do conceito de

autonomia. As séries escolhidas, em nosso entender, apresentam a criança como potencialmente autônoma dentro do ambiente da família e da escola. Assim, teremos uma terceira parte das questões envolvendo a recepção das séries junto às crianças. O roteiro das perguntas parte destes pressupostos e procura as respostas para as questões que nos mobilizam: qual o significado de autonomia para o aluno? As séries de televisão têm ou podem ter um papel na mediação dessa problemática? Qual? No contexto empírico da pesquisa, existe a participação do aluno na elaboração das regras do espaço ensino/aprendizagem? A escola favorece ou desfavorece a autonomia? Quais os organismos de participação dos alunos (grêmios, assembleias, etc.)? Que implicações teria o princípio da autonomia no espaço ensino/aprendizagem? Que perspectivas poderão estar na base de uma determinada concretização de autonomia? Há um deslocamento ou esvaziamento do conceito de autonomia na contemporaneidade?

Conclusão

Todos esses questionamentos que movimentam a pesquisa em curso podem nos levar a entender o porquê de, no fazer da pesquisa educacional brasileira, tem sido atribuída pouca importância à problematização do conceito de autonomia. Se pegarmos uma pequena amostra dos subsídios levantados pela pesquisa, por exemplo as produções apresentadas na Anped durante os últimos quatorze anos, veremos que, num universo de milhares de trabalhos, não mais que oito envolvem o conceito de autonomia. E apenas dois deles no GT educação e comunicação. Por outro lado, a palavra autonomia é largamente usada nos debates no campo da Educação e da Comunicação. Ou seja, a escola e a sociedade em que vivemos ainda se servem de um sentido de autonomia que, muitas vezes, o reduz a significações menores e insuficientes; ou, em nome de uma revolução dos meios de comunicação, projetam o conceito de autonomia na perspectiva do futuro, tornando-o comum – e mesmo um senso comum - nos discursos das novas tecnologias da comunicação. Como sabemos, sem discussão teórica não se consegue alterar as práticas. Neste sentido, esperamos que este texto possa trazer à luz da pesquisa em educação e comunicação a necessidade de retomarmos a discussão sobre autonomia de forma atualizada e atenta aos desafios educacionais de nosso tempo.

Referências

BRUM, Susana Mayer; MENDES, Tania Scuro. **Construção da autonomia intelectual de alunos de curso normal superior na forma de EAD: um enfoque piagetiano**. ANPED: Rio de Janeiro, 2005.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Trad. Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo: Loyola, 2007.

CASTRO, Marta L.S. e WERLE, Flávia O.C. Projeto político-pedagógico como instrumento de autonomia nas redes municipais de ensino público. **Revista Perspectiva**, UFSC, V 23, nº 1. Florianópolis, 2005.

COVER, Ivania. **Educação e emancipação: crítica aos fins e ao sentido da educação atual na perspectiva das contribuições freireanas**. Dissertação (mestrado em educação). Fundação Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2011.

DUBE, François. **Injustiças. A experiência das desigualdades no trabalho**. Editora UFSC: Florianópolis, 2014.

FÁVERO, Maria de L. A. Autonomia e poder na universidade: impasses e desafios. **Revista Perspectiva**, UFSC, V. 22, nº 1

FRAZZON, Lúcia Morosine. **Educação e Autonomia: do discurso à prática. Um estudo do curso de Pedagogia do CES/FUNDESTE**. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1990.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GARCIA, Diogo Basei. **Por uma Pedagogia da autonomia: Bakhtin, Paulo Freire e a formação de leitores autorais**. Dissertação (mestrado em educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

GOLDIM, José Roberto. **Princípio do respeito à pessoa ou da Autonomia**. Disponível em www.ufrgs.br/bioetica/autonomi.htm.

ITURRA, Raúl. **A epistemologia da infância: ensaio de antropologia da educação**. In. Etnografia e educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Trad. Manuela Pinto. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: UNIMEP, 1999.

KASSIC, Neiva Beron. **Os caminhos da ruptura do autoritarismo pedagógico**. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1993.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

MARTINS, Angela Maria. Gestão e autonomia escolar: um estudo comparado Brasil/Portugal. **Revista Brasileira de Educação**. (Online)Vol. 16, nº 46. 201

MONTANDON, Cleópâtre e LONGCHAMP, Philippe. Você disse autonomia? Uma breve percepção da experiência das crianças. **Revista Perspectiva**, UFSC, Vol. 25. Nº 1. Florianópolis, 2007.

NIETZSCHE, Friederich. **Escritos sobre a educação**. Trad. Noéli C.M. Sobrinho. Rio: Editora PUC/Edições Loyola, 2008.

NUNES, Marco Antonio Oliveira. **Autonomia como pressuposto ético para a educação: uma leitura de Paulo Freire**. Dissertação (mestrado acadêmico em educação). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

OLIVEIRA, Maria Marlene Rodrigues. **Autonomia e criatividade em escolas democráticas: outras palavras, outros olhares**. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

ORESTES, Talitha Lessa. **Noções de autonomia em educação escolar: discurso acadêmico no Brasil (1978-2002)**. Dissertação (mestrado em educação). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

O'SULLIVAN, Tim e outros. Conceitos chaves em estudos de comunicação e cultura. Trad. Margaret Griesse e Amós Nascimento. Piracicaba: Unimep, 2001.

PINTO, Anamelea de C. e FILHO, Jenner B. B. Autoria, autonomia e ética na educação a distância. **Revista Perspectiva**, UFSC, V. 30, nº 1. Florianópolis, 2012.

ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou da educação**. Trad. Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

RUIZ, Adriano Rodrigues. **Internet e autonomia: um estudo exploratório**. ANPED: Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Nelma Bispo. **Educação ambiental, práticas pedagógicas e autonomia do ensino fundamental**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento regional e meio ambiente). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2012.

SMOLKA, Maria Lúcia Rebello Marra. **A Construção da autonomia no contexto pedagógico do estudante e o ensino das ciências da saúde. Pelas veredas da educação médica**. Dissertação (mestrado profissional em ensino de Ciências) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Nilópolis, 2011.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

VALADIER, Paul. “Heteronomia e autonomia são indivisíveis”. Trad. Cláudio C.D. Souza. **Revista do Instituto Humanitas**. Nº 417 São Leopoldo, 2013.

VAZ, Alexandro do Nascimento. **Immanuel Kant: Autonomia e pedagogia**. Dissertação (mestrado em educação). Fundação Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2011.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.